



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**  
**GABINETE**

**PORTARIA Nº. 764 /2.011-GAB.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº. 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº. 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº. 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº. 10610/2011 – 21.075, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Outorgar a **ADRIANA LUCIA LAIGNIER**, CPF nº. 479.432.461-87, RG nº. 2655243/SSP-GO, por **12 (doze) anos** o uso das águas do **Afluentes do Córrego Imburuçu**, no ponto de coordenadas **13º15'06,"S e 48º44'59,51" W**, no trecho localizado na **Fazenda Barragem Grande**, no município de **Montividiu do Norte**, Estado de Goiás, para **acumulação de água em uma barragem**.

**Parágrafo Único** – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executados no prazo de **01(um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

**Art. 2º** - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

**Art. 3º** - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica e o levantamento Topográfico realizado pelo **ENGENHEIRO AGRONOMO ARALDO PEDRO STEINDORFF**, **CREA Nº744/D-GO** o qual torna-se **Responsável Técnico** perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

**Art. 4º** - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº. 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº. 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer **Licenciamento Ambiental**;
- IV. A **barragem possuirá um volume total acumulado de 300.688,00 m<sup>3</sup> (trezentos mil seiscentos e oitenta e oito metros cúbicos)** e terá por finalidade o **lazer e a dessedentação animal**. O escoamento á jusante do Afluentes do Córrego Imburuçu será realizado através do elemento de descarga de fundo na cota 10,45 m com tubulação de concreto de 300 mm de diâmetro;
- V. Não realizar qualquer tipo de captação no barramento sem a devida outorga de direito de uso.